

Por uma Museologia reflexiva aplicada à gestão de acervos arqueológicos: diretrizes do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto

For a reflective museology applied to the management of archaeological collections: guidelines for the Bachelor of Museology at the Federal University of Ouro Preto

Marcia Arcuri Suñer*

Resumo: Neste artigo apresentamos perspectivas conceituais e teóricas que norteiam a formação discente do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, no que tange às interfaces do patrimônio arqueológico com o universo das artes, da cultura material, das paisagens e do desenvolvimento socioeconômico de territórios fortalecidos por processos museológicos comunitários. O texto estrutura-se em três eixos de destaque nos conteúdos programáticos de nossa grade curricular, vinculados às questões práticas e conceituais que balizam os processos de salvaguarda e gestão do patrimônio arqueológico. São apresentadas reflexões acerca da relação entre os profissionais do campo acadêmico e outros agentes interessados no patrimônio arqueológico, a partir da experiência vivida no sítio arqueológico Morro da Queimada, Serra de Ouro Preto – MG.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico. Museologia Comunitária. Desenvolvimento Urbano. Turismo. Serra de Ouro Preto, MG.

Abstract: The article presents the curriculum guidelines of the Bachelor's Degree in Museology at the Federal University of Ouro Preto, regarding specifically subjects related to archeology, anthropology and cultural heritage. The entanglement of conceptual references within the fields of arts, material culture and landscapes are addressed as means to strengthen territorial and socioeconomic development, in community museological processes. The text is structured upon three main conceptual and practical axes that guide processes of safeguarding and managing the archaeological heritage. The relationship between professionals in the academic field and other agents interested in archaeological heritage is discussed based on the experience lived at the archaeological site Morro da Queimada, Serra de Ouro Preto - MG.

Key-words: Archaeological Heritage. Community Museology. Urban Development. Tourism. Serra de Ouro Preto, MG.

Introdução

O Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DEMUL/UFOP) acaba de aprovar um novo Plano Pedagógico Curricular, que estará vigente a partir de 2023. Nele, as disciplinas obrigatórias da linha *Arqueologia e Antropologia* passam a se chamar: “Antropologia e Museus”; “Arqueologia, Museus e

* Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Docente efetiva do Departamento de Museologia e do corpo de professores permanentes do PPG em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. Professora Colaboradora do PPG em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. E-mail: marcia.suner@ufop.edu.br

Territórios”; “Museus, Diversidade Cultural e Direitos Humanos”. De forma atenta à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os conteúdos apresentados nessas disciplinas incorporam aspectos conceituais, práticos e políticos dos programas de pesquisa e extensão desenvolvidos no Laboratório de Estudos de Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM/DEMUL).

As ações extra muro desenvolvidas pelo LAPACOM têm como referência o território e as comunidades da Serra de Ouro Preto. Integram a formação discente para além da experiência dos estudantes vinculados formalmente ao laboratório, uma vez que os desafios e resultados são compartilhados e debatidos em sala de aula. A *práxis* tem sido um dos pontos de maior repercussão da linha *Arqueologia e Antropologia*¹, na formação dos futuros museólogos do DEMUL UFOP, o que se pretende demonstrar com as reflexões apresentadas neste artigo. O texto costura teoria e prática, a partir de três eixos de destaque dos conteúdos programáticos vinculados ao patrimônio arqueológico de nossa grade curricular. São eles: “Transdisciplinaridade: a virada do século XXI e os novos paradigmas nos estudos do patrimônio cultural”; “Narrativas dissidentes: disputas pelo patrimônio arqueológico da Serra de Ouro Preto”; “Algumas considerações sobre o enfoque acadêmico acerca da salvaguarda dos sítios e coleções arqueológicas”.

1. Transdisciplinaridade: a virada do século XXI e os novos paradigmas nos estudos do patrimônio cultural

A aproximação entre a Arqueologia e a Museologia se dá, antes de tudo, pelo olhar sobre a cultura material². É natural que profissionais dessas áreas tenham, em geral, trajetórias interessadas nas artes, nas técnicas e na estética, sobretudo aqueles que não ignoram a indissociabilidade de suas reflexões e práticas dos referenciais antropológicos. São disciplinas cujas curiosidades recaem, historicamente, sobre as relações entre pessoas, e entre as pessoas e o meio. Assim, necessariamente perpassam os temas da memória, da preservação e da transmissão de conhecimentos; tais temas, por sua vez, incluem a discussão sobre o que move os indivíduos e as sociedades a fazerem escolhas por algumas coisas, ou caminhos, em detrimento de outras. São temas centrais à gestão do patrimônio cultural.

¹ As demais linhas são: Gestão de Coleções; Museologia e Patrimônio; Museologia e Processos Museais Aplicados; Museologia, Artes e Memória; Museologia Museus e Gênero; Preservação e seus meios; Teoria Museológica.

² O conceito de cultura material é aqui assumido como fundamental às discussões acerca do patrimônio histórico, artístico e arqueológico.

Conhecer e discutir as trajetórias do debate acadêmico sobre os conceitos de “arte”, “cultural material” e “registro” é um passo primordial para aqueles que têm como objeto de estudo ou atuação profissional as coleções, acervos e espaços museológicos. No Brasil, essa discussão pode tomar múltiplas vertentes e, aqui, nos interessa especificamente o fato da sociedade brasileira, de forma geral, conhecer muito pouco sobre os povos originários do nosso continente. Quando o público não especializado é colocado diante de referências sobre o mundo material daquelas populações, a tendência é que encontre maior ressonância na arte rupestre e na monumentalidade de sítios arqueológicos como Machu Picchu, no Peru, Teotihuacan, no México, ou dos sambaquis do litoral centro-sul brasileiro.

De certa forma, é fácil entender tamanho desconhecimento sobre o legado das populações ameríndias pré-coloniais diante da ausência de conteúdos adequados nos planos curriculares oficiais, desde o ensino fundamental até o superior. Ademais, é necessário considerar que o florescimento, no Brasil, das próprias disciplinas em foco neste artigo – Arqueologia e Museologia – se deu em conjuntura marcada pelo paradigma da “antropologia cultural”, e seus pressupostos positivistas classificatórios que tão bem atenderam as agendas nacionalistas latino-americanas da época (FERREIRA; FUNARI, 2009).

Partia-se do pressuposto que “as evidências dos processos civilizatórios” encontradas pelos europeus nas Américas restringia-se ao que observaram nas capitais mesoamericanas e andinas do século XV.

Elas seriam testemunho de uma longa tradição histórica, desde o surgimento das primeiras “sociedades complexas”, de povos que desenvolveram importantes centros cerimoniais e urbanos, dominaram sofisticadas técnicas de agricultura e domesticação de plantas, criaram amplas redes de comércio e relações diplomáticas (ou de guerras), provaram-se exímios astrônomos e matemáticos, desenvolveram comunicação pela escrita e deixaram para a humanidade um legado artístico e cultural de enorme riqueza material e estética. Por essa razão as sociedades mesoamericanas e andinas foram batizadas de “altas culturas”, em contraposição às sociedades “primitivas”, que teriam ocupado as terras baixas sul-americanas (ARCURI, 2010, p. 57)

Até meados do século XX, o olhar sobre as coleções arqueológicas e etnográficas ameríndias espelhava interpretações funcionalistas e dicotômicas sobre a abundância ou restrição de recursos que teriam caracterizado a relação homem ambiente e, conseqüentemente, o grau de “evolução cultural” dos povos originários (BARRETO 1999; NOELLI & FERREIRA, 2007). A forma como distintas sociedades acessaram os recursos naturais, em territórios mais favoráveis ou mais “inóspitos” à

adaptabilidade humana, bem como a capacidade de superar as adversidades a partir de indicadores de desenvolvimento tecnológico que tinham como referência “o berço da civilização europeia”, levou à classificação dos modos de vida ameríndios nas categorias “silvestre”, “nativo”, “espontâneo”, “simples”, “gentio”. Em outras palavras, os primórdios da arqueologia e do estudo das coleções etnográficas nos espaços museais latino-americanos, marcados pela herança positivista, reificaram as bases iluministas e colonialistas de compreensão dos processos culturais que construíram o ideal de Ocidente Moderno.

Nesse sentido, a formação do profissional que atua na interface entre a arqueologia e a museologia deve, sempre, refletir sobre a óptica que caracterizou as ações de valorização e preservação do patrimônio cultural no Brasil. Ao longo de quase todo o século XX, salvo raras exceções, a proteção de bens culturais esteve marcada pela adoção do modelo universalista de gestão espelhado em exemplos estrangeiros, em detrimento das particularidades, da diversidade cultural e das desigualdades socioeconômicas da sociedade nacional.

Contudo, a pluralidade cultural foi um tema caro a muitos dos intelectuais que se envolveram na estruturação dos órgãos de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, como Mário de Andrade, Rodrigo Melo e Franco, Paulo Duarte e Aloísio Magalhães. Os anos 1970 marcam um ponto de inflexão, formalizado na carta de Santiago do Chile, com o florescimento dos novos paradigmas da Museologia Social e do “patrimônio integral” (VARINE, 2005), conceito posteriormente alçado a “patrimônio integrado” (SCHIENER 2012; BRULON 2020). Dentre os principais avanços, merece destaque a criação do Cadastro Nacional de Referências Culturais (CNRC), durante a efêmera gestão de Aloísio Magalhães. Em esfera internacional, a militância persistente de profissionais do campo do patrimônio resultou na Declaração de Quebec, de 1984. No Brasil, a constituição de 1988 consolidou um passo importante ao reconhecer, em seu artigo nº 216, as referências imateriais e, sobretudo, o papel das comunidades (citadas no parágrafo 1º, junto ao poder público) na identificação e salvaguarda dos bens culturais. Seria apenas na virada do século XXI, porém, que as novas perspectivas sobre os valores patrimoniais conquistariam espaço nas diretrizes da UNESCO, com a Declaração Universal pelos Direitos à Diversidade Cultural de 2001, e a Recomendação de Paris, firmada na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003.

Especificamente no contexto brasileiro, pode-se afirmar que as conquistas celebradas no papel não surtiram efeito imediato nas ações de proteção do patrimônio

cultural. Ainda hoje, museólogos e arqueólogos interessados no patrimônio integral encontram, no cotidiano de suas atuações, terrenos minados. São processos marcados pelas tensões e conflitos diretos com outros agentes interessados, às vezes do próprio poder público, como é o caso da Serra de Ouro Preto apresentado adiante. As gestões do Iphan que sucederam o precoce falecimento de Aloísio Magalhães mantiveram o foco no patrimônio edificado. Esse foi o contexto em que o conjunto arquitetônico barroco de Ouro Preto ganhou o merecido tombamento, inclusive como Patrimônio da Humanidade. Devemos nos perguntar, então, por que as ruínas arqueológicas da majestosa Serra de Ouro Preto não recebem, até hoje, o mesmo tratamento que os demais bens edificados, mesmo estando inseridas na poligonal de tombamento da UNESCO? Se não lhes faltam as silhuetas da antiga arquitetura em pedra, falta-lhes a cor branca da cal? Como veremos adiante, trata-se de uma somatória de problemas que seguem cristalizando a estratigrafia do abandono (Bruno, 1995, 2005).

2. Narrativas dissidentes: disputas pelo patrimônio arqueológico da Serra de Ouro Preto

No contexto em que se insere a origem da cidade de Ouro Preto, a importância do patrimônio cultural e de sua apropriação pelos herdeiros da diáspora africana é de grande relevância para a preservação das memórias locais. A procura pelo pertencimento muitas vezes relatada pelos próprios moradores de Ouro Preto, em relação a seu território e ambiente cotidiano, atesta o ônus dos longos processos históricos em que território foi tratado como ferramenta turística, objetificando relações com o espaço e afastando as populações locais dos processos de reconhecimento das identidades coletivas e de construção de memórias. Como aponta Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, não existe um conteúdo ou grau ideal de identidade (Meneses, 1993, p. 210). Identidades são dinâmicas, relacionais e, por isso, sua construção se dá em movimento pendular; sempre em estruturação e transformação.

Territórios em que os sítios arqueológicos se destacam são, por natureza, articuladores de memórias e representações, mesmo que nem sempre reconhecidos como tal. O estudo e a interpretação do patrimônio arqueológico tende a potencializar a criação de vínculos com o lugar, fortalecendo a relação das pessoas com os espaços de usufruto público e suas noções de cidadania. Na contramão dessa premissa, o enraizamento de narrativas oficiais pouco inclusivas sobre a história de Ouro Preto reificou, ao longo de séculos, o distanciamento que as comunidades mais

carentes do município sentem em relação à cidade Patrimônio Mundial. Frente a esse problema, o Núcleo de Arqueologia do LAPACOM/DEMUL/UFOP desenvolve projetos de pesquisa e extensão voltados a estimular a socialização do patrimônio arqueológico da Serra de Ouro Preto junto a seus moradores. Dada a amplitude do complexo arqueológico em foco, bem como a complexidade das relações entre aquelas comunidades e o poder público, as ações desenvolvidas pela equipe de pesquisadores, bolsistas e voluntários vêm se concentrando, desde 2015, na área do então chamado *Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada*, que doravante será mencionado como “Parque Arqueológico Morro da Queimada” (PAMQ)³, e bairros do entorno (mapa 1, Figura 1). Neles vivem cerca de 20% da população ouropretana, a grande maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em moradias construídas sobre áreas de risco geológico (SOBREIRA & FONSECA, 2001; MATTOS 2007).

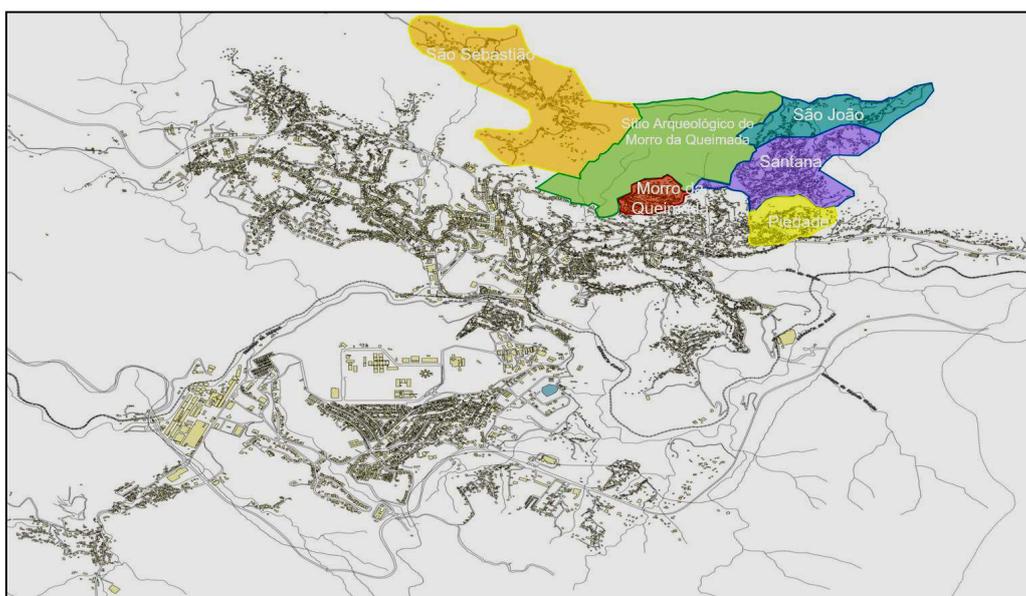


Figura 1 - Parque Arqueológico Morro da Queimada” e bairros do entorno Fonte: Mapa fornecido pela Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto-MG, complementado pela equipe do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Acervo: LAPACOM.

Nas várias esferas que lidam diretamente com os interesses patrimoniais e ambientais do PAMQ, destaca-se certa polarização entre os agentes públicos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Câmara Municipal de Ouro Preto e Ministério

³ Hoje a Unidade de Conservação, tombada em esfera municipal, passou à categoria de Monumento Natural. Trata-se de decisão que envolveu uma série de atores, desde os membros do Conselho Municipal do Parque até aqueles que possuem propriedades dentro da poligonal de tombamento. O processo foi, porém, pouco discutido com os moradores dos bairros de entorno. Em todas as esferas interessadas, segue-se referindo à área como “Parque Arqueológico”, razão pela qual manteremos o nome afetivamente adotado pelas pessoas, de Parque Arqueológico Morro da Queimada (PAMQ).

Público Municipal, de um lado; e os professores, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas de concentração da UFOP que possuem projetos vinculados à Serra de Ouro Preto, de outro. As ações do segundo grupo são fortalecidas pelo trabalho em colaboração com lideranças comunitárias dos bairros mencionados, com destaque para a trajetória consolidada, nos últimos quinze anos, do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Trata-se de um processo museológico comunitário com enfoque específico no bairro Morro São Sebastião, cujas ações resultaram no fortalecimento socioeconômico e das referências culturais do território (MATTOS; VARINE, 2019). No que tange à gestão do PAMQ, infelizmente a polarização mencionada se acirrou nas diferentes perspectivas que cada um desses grupos apresenta, quando pensados os melhores caminhos para a salvaguarda e fruição do patrimônio natural e arqueológico da área.

Na esteira dos conflitos: histórias sobre a criação de um parque sobre o sítio arqueológico Morro da Queimada

O sítio arqueológico Morro da Queimada abrange um conjunto de ruínas arqueológicas historicamente associadas ao antigo arraial do Ouro Podre, que pertenceu a Pascoal da Silva Guimarães até a Sedição de Vila Rica. Também conhecida como Revolta de Vila Rica, a insurgência eclodiu em 1720, sob liderança de Felipe dos Santos, que segundo fontes históricas seria empregado de Guimarães (Mathias 2021). A forte represália se deu com a participação das tropas do Conde de Assumar, que mandou queimar o terreno e as casas dos revoltosos; a área passou a ser conhecida como Morro da Queimada.

Localizado no flanco sul de uma grande estrutura regional conhecida como Anticlinal de Mariana (SOBREIRA; FONSECA, 2001, p. 2), formação que se destaca na paisagem de Ouro Preto, o sítio arqueológico reúne volume expressivo de ruínas, cavas, materiais arqueológicos aflorados e em subsuperfície (como cerâmicas, louças, telhas, canaletas, material de refugo dos processos de mineração e ferramentas utilizadas na época), além de componentes paisagísticos, que permitem testar hipóteses sobre os usos e ocupações de diferentes setores de sua poligonal, tanto no século XVIII como nos períodos posteriores. O sítio arqueológico está inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA / Iphan), sob o nº MG01005 e é também protegido por tombamento municipal, desde a promulgação do Decreto Lei Municipal nº465 de 2008, que criou o Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada. Como já mencionado, a Unidade de Conservação hoje enquadra-se na

categoria “Monumento Natural”, formalização que se deu a partir da aprovação de novo texto de lei, na Câmara Municipal de Ouro Preto, em 2019.

Sobre os caminhos da valorização, pode-se afirmar que os avanços no processo de implantação efetiva do parque, enquanto área de turismo e lazer, foram bastante tímidos até os dias atuais. O diagnóstico situacional demonstra a urgência de se fortalecer os mecanismos de proteção das estruturas arqueológicas do Morro da Queimada; uma realidade inequívoca. Porém, essa situação vem servindo como “muleta” a agentes locais, do poder público e do setor privado, que buscam legitimar a criação de um equipamento cultural voltado exclusivamente ao turismo e a pesquisadores externos, proposta “justificada” pelos anos de abandono desde a “criação” do parque. Os defensores desta narrativa vêm buscando executar o *Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada*, aprovado há mais de quinze anos pelo CNIC/MinC (processo 0140.013659/05-54, Salic 05-7586). Na ocasião foram realizados diagnósticos preliminares, gerando documentação que foi entregue a diferentes gestões do Governo Municipal; mas os anteprojetos nunca saíram do papel. Em 2021, o projeto foi novamente levado, com algumas modificações, à Prefeitura Municipal de Ouro Preto e, com o apoio da mesma, apresentado ao Iphan com o intuito de efetivar a implantação do parque. Porém, a proposta foi devolvida pela área técnica de arqueologia do Iphan, com a exigência de que se apresentasse o estudo técnico de avaliação de impacto sobre o patrimônio arqueológico, conforme previsto na legislação brasileira, uma vez que estão programadas várias intervenções de subsuperfície na área.

Outra fragilidade do projeto defendido pelo poder público local, que vem sendo duramente criticado pelos pesquisadores que atuam na área, recai sobre os distintos tratamentos dados à população na questão fundiária. Na ocasião em que o parque foi “criado”, em 2008, famílias que residiam na área do tombamento municipal foram desalojadas. Todas receberam indenização, mas algumas delas foram obrigadas a procurar moradia em outros bairros, sendo apartadas de familiares e vizinhos. Já os proprietários que, ainda hoje, detêm áreas significativas do terreno protegido, permaneceram com suas escrituras intactas até o apaziguamento das tensões entre eles o poder público, quinze anos mais tarde, com a mudança da categoria de proteção para “Monumento Natural”; com a alteração, acomodou-se a situação da permanência das (grandes) propriedades privadas na área tombada, em detrimento daqueles que foram expulsos.

Fundamentado em critérios que alguns críticos definem como um processo de gentrificação, o projeto de “parque” hoje defendido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto propõe, apenas para citar como exemplo, a consolidação de uma barreira física (gradil de ferro) que isolará a área das comunidades, e a instalação das portarias nas extremidades das trilhas cotidianamente utilizadas pelos moradores para circular na área e acessar os bairros vizinhos. Outrossim, a “pérola” do projeto, é a proposta de readequação de uma quadra de esportes do bairro Morro Sanatna desativada por risco geológico, que fica fora da PAMQ, para funcionar como “área de lazer para as comunidades”.

Ações de pesquisa e extensão do LAPACOM/DEMUL/UFOP: a experiência em campo como pilar da formação e do compromisso ético de futuros profissionais

Desde 2015, o Núcleo de Arqueologia do LAPACOM, sempre em diálogo com os demais grupos do laboratório (Museologia Comunitária, coordenado pela Profa. Dra. Yara Mattos, do Departamento de Museologia; e Patrimônio e Paisagem, coordenado pela Profa. Dra. Fernanda Alves de Brito Bueno, do Departamento de Arquitetura) promove projetos de pesquisa e extensão que, invariavelmente, partem de mapeamentos afetivos sobre o território e as referências culturais apontadas pelos moradores da Serra de Ouro Preto. Os resultados alcançados nesses últimos sete anos permitem diagnosticar que as comunidades dos bairros de entorno do PAMQ mantêm relativo distanciamento da área tombada, apresentando também diferentes graus de reconhecimento sobre a relevância deste bem público. As ruínas arqueológicas raramente são mencionadas nos relatos como algo importante e que deve ser preservado.

As metodologias de trabalho, tanto na pesquisa como na extensão, pautam-se no referencial teórico da Arqueologia Comunitária (FERREIRA, 2008), das arqueologias *do* e *no* presente (HARRISON, 2011), das Etnografias Arqueológicas (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; HAMILAKIS 2011), bem como da Ecomuseologia e da Museologia Comunitária (PRIOSTTI & VARINE 2007; PRIOSTTI & MATTOS, 2007). A principal justificativa dessa abordagem está na necessidade de se assumir o compromisso político que recai sobre os agentes do patrimônio, como mediadores do conflito de interesses sobre um determinado território que, por natureza, concentra bens culturais de interesse público. Na mesma medida em que as dificuldades colocadas à gestão do PAMQ são desafiadoras, é igualmente elevado o potencial da área para alavancar o turismo alicerçado nos fundamentos da

hospitalidade (BRUSADIN, 2016) e o desenvolvimento socioeconômico local (MATTOS *et al.*, 2017).

O envolvimento dos moradores que ocupam o entorno do sítio Morro da Queimada no processo de implantação e conservação das estruturas para o funcionamento de um parque arqueológico é essencial à sustentabilidade de qualquer modelo de gestão. Nesta corrente, que se mostra como tendência nas pesquisas arqueológicas que dialogam com a Ecomuseologia, as ações voltam-se a contemplar as múltiplas camadas de compreensão e significação do patrimônio arqueológico inserido no território da Serra de Ouro Preto. Aposta-se no diálogo entre a arqueologia e a gestão do patrimônio cultural, como um catalisador de processos de fortalecimento e envolvimento das comunidades na salvaguarda dos bens públicos.

Para se trabalhar o patrimônio cultural com base no referencial teórico-metodológico das arqueologias pós-processuais (que incluem todas aquelas mencionadas acima), é necessário distanciar-se dos modelos normativos de cultura e das concepções pré-concebidas de memórias nacionais, construídas a custo da exclusão, e incorporar as “identidades subalternas” (SOUZA SANTOS, 2003). As ações devem visar à inclusão das comunidades nas atividades de pesquisa arqueológica e, conseqüentemente, seu envolvimento nas políticas de representação do patrimônio cultural. Nas palavras de Carla Gibertoni Carneiro:

A arqueologia pós-processual busca uma aproximação definitiva da disciplina com a sociedade, uma vez que os interesses e inserções sociais da arqueologia e dos arqueólogos, no passado e no presente, tornaram-se cada vez mais latentes. Por isso foi chamada arqueologia contextual, preocupada com o contexto histórico e social da produção de conhecimento, com a subjetividade e comprometimento do arqueólogo com os grupos sociais (CARNEIRO, 2009, p. 87).

Os projetos de pesquisa e extensão do LAPACOM buscam, assim, trazer as comunidades para mais perto dos procedimentos que norteiam as estratégias de pesquisa, as atividades de campo e as tomadas de decisão sobre a salvaguarda do patrimônio arqueológico. Tenta-se buscar uma quebra nos processos contínuos de afastamento colocado às comunidades, em relação ao seu interesse e direito sobre patrimônio público. Busca-se estreitar esses vínculos, promovendo processos de sensibilização e inclusão que despertem o interesse pelo patrimônio arqueológico, a partir de outras identidades que já lhes pertencem. Buscando construir uma política de continuidade, cada projeto de pesquisa e/ou extensão desenvolvido pelos estudantes do Bacharelado em Museologia e do Mestrado acadêmico em Turismo e Patrimônio,

da Escola de Direito, Turismo e Museologia da UFOP, deve seguir ao menos uma das quatro linhas axiais dos programas do LAPACOM: o resgate do Morro da Queimada, na história de Ouro Preto, como local de origem na formação urbana da antiga Vila Rica; o protagonismo africano e afrodescendente no desenvolvimento das tecnologias de mineração da antiga Vila Rica e na transmissão de conhecimento; a valorização das memórias dos mestres garimpeiros e suas estreitas relações de pertencimento na Serra de Ouro Preto; e o potencial turístico do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada, como ferramenta que pode alavancar o desenvolvimento socioeconômico dos moradores dos bairros de entorno do PAMQ.

3. Algumas considerações sobre o enfoque acadêmico acerca da salvaguarda dos sítios e coleções arqueológicas

Como apresentado inicialmente, as três últimas décadas do século XX foram marcadas pela ampliação das discussões interdisciplinares sobre a pluralidade das referências do patrimônio cultural e a intrínseca relação deste debate com os campos da Arqueologia e da Museologia. Olhares ampliados permitiram entender como as referências culturais, de natureza material e imaterial, são basilares à representação pública de identidades plurais e coletivas. Tornou-se mais compreensível, por exemplo, a necessidade de incorporar a tensão latente entre a construção de identidades e de alteridades, que resulta dos sectarismos e das injustiças sociais cultivados sob as barbas do colonialismo, no Brasil e na América Latina.

Passados quase sessenta anos da consolidação de um instrumento legal que dispõe sobre a salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro, e mais de trinta anos desde que os pressupostos da igualdade de direitos e inclusão de determinados segmentos da sociedade brasileira na memória nacional foram oficialmente incorporados na Constituição Federal de 1988, permanecem alguns dos velhos desafios colocados à gestão desses bens culturais. Dentre eles, reiteramos que as diretrizes de proteção dos sítios arqueológicos seguem fortemente atreladas às tensões, conflitos de interesses e disputas por territórios e recursos, envolvendo diferentes segmentos da sociedade além do poder público. Não se pode ignorar o contexto de proximidade entre o patrimônio arqueológico e “outros recursos” de interesse das nações, sobretudo aqueles que jazem em subsuperfície, como às águas, os minérios, o petróleo ou o gás natural. Assim, é antiga e notória a relação entre o desenvolvimento da Arqueologia, enquanto disciplina científica, o interesse pela tutela

despertado nos processos de formação de Estados Nacionais e, mais recentemente, os processos de licenciamento ambiental.

A Arqueologia é um campo científico essencialmente interdisciplinar. Assim como a Museologia (uma Ciência Social Aplicada), ela é responsável por entender cadeias operatórias de produção e consumo; de uso, circulação, abandono e descarte de objetos; de preservação e significação das coisas, dos espaços e dos territórios. Nesse sentido, é fundamental direcionar as agendas arqueológica e museológica para os caminhos que tornam possível desvelar apagamentos, fortalecer memórias, salvaguardar o direito à lembrança.

Quando observados os processos em que se formaram as coleções arqueológicas brasileiras até o final do século XX, em contraponto à situação atual das reservas técnicas que abrigam o material escavado nos últimos vinte anos, é fácil entender por que o viés de abordagem sobre o patrimônio arqueológico vem mudando radicalmente nos tempos atuais. Hoje há profissionais que defendem até a suspensão das atividades de escavação. Não obstante, as justificativas para uma proposta tão radical não recaem, necessariamente, no acúmulo desenfreado de acervos gerados pelo licenciamento ambiental; coleções que raramente encontram a devida ressonância nas instituições de guarda.

Hoje, a preocupação incide principalmente no potencial de reafirmar as relações entre bens culturais e os direitos humanos. Nesse sentido, se as demandas por afirmações identitárias pluralistas foram represadas por séculos, é natural que muitos segmentos da sociedade nacional não encontrem eco na óptica discursiva do patrimônio. Dessa maneira, não é de se estranhar o desinteresse que muitas comunidades revelam, quando indagadas sobre o patrimônio arqueológico presente em seus territórios. A experiência em campo tem demonstrado a muitos arqueólogos que o valor patrimonial daquele bem cultural não é acessado pela materialidade, “em si”, mas pelas relações polissêmicas que são por ela ativadas, no campo da interculturalidade. Com isso, a mudança de paradigma afeta não apenas as comunidades com quem se trabalha, mas os próprios profissionais da área. Como apontam tantos pesquisadores atualmente, aqui representados nas palavras de Gaspar e colaboradores (2020):

Nos últimos anos, as discussões sobre as relações de gênero, raça, classe e orientação sexual, entre outros marcadores sociais das diferenças, vêm ganhando destaque no Brasil, também no âmbito da Arqueologia. Essas discussões evidenciam como tais diferenças geram desigualdades [inclusive na tensão entre oportunidades e

interesses de atuação profissional], colocando-se como eixos de subordinação que cruzam os corpos, imbricados ao discurso da modernidade/colonialidade (GASPAR *et al.*, 2020, p.150).

Diante do exposto, deve-se considerar que os profissionais do campo da museologia que atuam em instituições que guardam acervos arqueológicos têm o desafio de adequar suas normativas e procedimentos – nas áreas de pesquisa, documentação, preservação e socialização dos bens arqueológicos – não apenas em diálogo com os pressupostos contemporâneos da Museologia Social, mas também de forma alinhada com os paradigmas pós-processualistas da Arqueologia. No século XXI, a sociedade brasileira se vê diante da necessidade de refletir sobre suas formas de interação com um legado significativamente diversificado de “memórias selecionadas”, respeitando a pluralidade de suas respectivas ontologias.

Como visto, a partir da década de 1970 foram sendo postulados conceitos que alcançaram, na atual bandeira da decolonialidade, esferas sociais antes não contempladas entre os atores responsáveis pela identificação, seleção, interpretação e gestão do patrimônio cultural. O enraizamento dos pressupostos teóricos que ganharam força a partir dos anos 1980 permite, passadas algumas décadas, compreender a complexidade inerente às políticas públicas democraticamente comprometidas com os desafios globais da inclusão. Historicamente, é necessário reconhecer que o multiculturalismo⁴ introduziu pautas que foram reconhecidas e assumidas por muitos agentes do campo do patrimônio. O crescimento dos Estudos Culturais e o compromisso com o engajamento das políticas públicas com o “jogo da diferença” (HALL, 2006) foram estruturantes para o surgimento das gestões participativas hoje mais atentas às interculturalidades. Como sintetiza Boaventura de Souza Santos (2010, p.87), é de forma mais distante da “crença na ciência” e mais próxima de uma “ecologia dos saberes” que se abre o espaço a uma agenda pluralista e propositiva de reparação dos direitos à memória (BRODSKY, 2015).

A “ciência moderna” de fins do século XX e início do século XXI, com todos os seus arcaísmos e concomitantes vanguardismos, na sua própria maturação e dinamismo, deparou-se com o desafio de encontrar aplicabilidade aos modelos teóricos. Retoma-se, aqui, o sentido de refletir sobre os temas da diversidade e da sustentabilidade como necessariamente imbricados nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural. Essas são questões centrais no debate preservacionista, e

⁴ Considerados os passos alcançados pela bandeira Multicultural, no campo das políticas públicas, é necessário também compreender os avanços conceituais que sucederam, no debate pluricultural, derivados da crítica à ideia de universalidade contida no Multiculturalismo.

seguem alicerçadas nas velhas indagações: *Patrimônio de quem, para quem e para que?*

Em *O significado de Raízes do Brasil*, publicado como prefácio da 26ª edição do livro de Sérgio Buarque de Holanda (1995), o sociólogo Antônio Candido afirma:

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina de uma geração, julgam-se, à princípio, diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participam de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar. (CÂNDIDO *apud* BUARQUE DE HOLANDA 1995, p. 9)

As palavras de Antônio Cândido sugerem que a zona de fronteira se dá, justamente, em tudo aquilo que diferencia e, ao mesmo tempo aproxima, os indivíduos e a sociedade. Se neste recorte o autor faz menção àquilo que identifica uma época, uma geração, um determinado tempo, o mesmo vale para todo e qualquer tipo de identidade coletiva, seja sua caracterização de gênero, étnica, política ou de qualquer tipo de *status*.

Por esse espectro, os desafios para se construir uma gestão do patrimônio arqueológico socialmente engajada necessariamente perpassam as discussões sobre os apagamentos que marcaram a construção da “memória nacional” (SALADINO, 2013). Outra forma de colocar o problema é indagar: que tipo de vínculo com a memória pode ser suscitado a partir do reconhecimento do bem patrimonial? Quais as ressignificações possíveis que podem ser dadas aos fragmentos arqueológicos que ocupam milhares de metros cúbicos de reservas técnicas espalhadas pelo país, desprovidos de contextualização, acondicionamento ou fruição adequados? Quais as leituras que podem ser feitas dessa materialidade que hiberna nos porões da preservação patrimonial?

É sabido que a arqueologia preventiva move, há décadas, muito capital; e que o retorno social tem ficado severamente aquém do desejável. Essa é uma realidade que não pode ser ignorada, e que corre em paralelo às pesquisas que incorporam a pluralidade de referências locais, junto à salvaguarda do bem arqueológico, e assim fortalecem os processos de construção participativa da gestão dos sítios e coleções. A ativação desses elementos permite que se estabeleçam novos vínculos com o patrimônio. Esses vínculos, quando enraizados, contribuem para a construção de

políticas públicas a partir da pluralidade e do desenvolvimento local. Esses são, a nosso ver, os pilares do respeito à diversidade e da sustentabilidade das ações patrimoniais.

Propomos que se leve desta reflexão duas premissas: não basta acessar a memória, é necessário deixá-la fruir; não basta conhecer a memória, é necessário combater aqueles que desejam omiti-la. Como alerta o antropólogo Clifford Geertz, deve-se atentar para os perigos de certos “usos da diversidade”, que nada mais fazem do que reforçar o etnocentrismo (GEERTZ, 1999, p.14).

Referências

- ARCURI, M. M (org). *Ouros de Eldorado: arte pré-hipânica da Colômbia*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. 199p.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 32-51, 1999.
- BRODSKY, R. O dever da memória no *Museo de la Memoria y Derechos Humanos* do Chile” In: VASCONCELLOS, C.M, FUNARI, P.P e CARVALHO, A. *Museus e Identidade na América Latina*. São Paulo, Annablume, 2016. p.13-19.
- BRULON, Bruno. O Museu Integral-Integrado: que descolonização para os museus da América Latina? XV Conferência do Museu Chileno – ICOM Chile, 5 de Outubro de 2020. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2081>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- BRUNO, M.C.O. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação Interdepartamental em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/USP, 1995.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 31, p. 234-247, 2005.
- BRUSADIN, Leandro Benedini *et al.* A hospitalidade mineira contemporânea sob a percepção dos turistas em Ouro Preto (MG): generosidade x profissionalismo mercantil? *TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible*, v. 9, n. 20, p. 12, 2016.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. São Paulo: Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, MAE/USP, 2009.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, v. 3, n. 1, v.3, p. 81-92, 2008.
- FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, p. 9-12, 2009.
- GASPAR, Meliam Viganó *et al.* Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: Primeiras aproximações. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 18, n. 1, p. 146-178, 2020.
- GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes antropológicos*, v. 5, p. 13-34, 1999.
- HAMILAKIS, Yannis. Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology. *Annual review of anthropology*, v. 40, n. 1, p. 399-414, 2011.
- HAMILAKIS, Yannis; ANAGNOSTOPOULOS, Aris. What is archaeological ethnography? *Public archaeology*, v. 8, n. 2-3, p. 65-87, 2009.

HARRISON, Rodney. Surface assemblages. Towards an archaeology in and of the present. *Archaeological dialogues*, v. 18, n. 2, p. 141-161, 2011.

HOLLANDA, Sergio Buarque de - *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Prefácio: texto de introdução de Antônio Cândido originalmente publicado em 1967, *O significado de "Raízes do Brasil"*, 1995, (26ª Ed.). p.9-21.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Interações sociais dos participantes da revolta de Vila Rica com agentes econômicos atuantes no espaço econômico do ouro. *Em Tempo de Histórias*, v. 1, n. 38, p.245-265, 2021.

MATTOS, Yara. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária. *ATELIER DO MOVIMENTO INTERNACIONAL DA NOVA MUSEOLOGIA/MINOM/ICOM*, v. 12, p.1-5, 2007. Disponível em: http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/13_Ecomuseu%20da%20Serra%20de%20Ouro%20Preto_arqueologia%20dos%20lugares%20e%20nao%20lugares%20de%20uma%20experiencia%20comunitaria.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

MATTOS, Yara; ARCURI, Marcia M. S.; SANTOS, Rodrigo Luiz; LAIA, Paulo Otávio. Serra de Ouro Preto: multiple landscape designed by nature, culture and heritage. In: R. Riva (ed.) *Ecomuseums and Cultural Landscape: State of the art and future prospects*. Santarcangelo di Romagna: Maggioli Editore, 2017. p. 89-95.

MATTOS, Yara; VARINE, Hugues de. La contribution des écomusées à l'éducation à l'environnement: Le cas de l'Ecomusée de la Serra de Ouro Preto (Brésil). *Éducation relative à l'environnement. Regards-Recherches-Réflexions*, v. 15, n. 1, p.1-27, 2019.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 14, p. 1239-1264, 2007.

PRIOSTI, Odalice Miranda; VARINE, Hugues de. *O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários*, 2007.

PRIOSTI, Odalice Miranda; MATTOS, Yára. *Caminhos e percursos da museologia comunitária*, 2007.

SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, p. 40-58, 2013.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, p. 15-30, 2012.

SOBREIRA, Frederico Garcia; FONSECA, Marco Antonio. Impactos físicos e sociais de antigas actividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. *Geotecnia*, v. 92, p.5-28, Lisboa- Portugal, 2001.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos estudos CEBRAP*, n. 66, 2003, p. 23-52.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: B. Sousa Santos, M. P. Meneses (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p. 23-71.

VARINE, Hughes de. Ethics and Heritage. Decolonizing Museology. *ICOM News*, n. 3, 2005.

Data de recebimento: 13.10.2022

Data de aceite: 24.11.2022